

ENSINO DE HISTÓRIA NA ATUALIDADE: ENTRE PRÁTICAS E MULTIPLICIDADES

Francisco Audy Anjos Freire Júnior¹
Dayane Priscilla Bernardes Anjos²
Ariana Braga Campinho Silva Barros³
Élida Rafaene Gomes Rodrigues⁴

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo fomentar o debate sobre o ensino de História, com base em duas análises, a primeira sobre uma obra paradidática e a segunda sobre um livro didático. A metodologia empregada na construção do mesmo foi de revisão bibliográfica, contendo reflexões fundamentadas por teóricos como Aranha (2006), Albuquerque Junior (2007) e Bittencourt (2008). Como resultado percebeu-se que os estudos sobre a utilização de obras paradidáticas como instrumentos de aprofundamento e reflexão sobre o ensino de história revelam a existência de temáticas silenciadas nos livros didáticos, como violência contra a mulher, preconceito étnico, entre outros e que podem ter voz por meio do uso de paradidáticos. A função social da história também foi posta como centro de debate, estando presente nas nuances do trabalho, levando a conclusão de que inquietações a respeito da formação do professor de história e sua relação com os processos de formação continuada e aperfeiçoamento, se tornam avidamente necessárias em cenários sociais politicamente instáveis e cientificamente fragilizados, como atualmente.

Palavras-chave: Ensino de História, Formação Docente, Livro Didático, Livro Paradidático.

INTRODUÇÃO

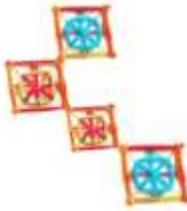
As práticas de ensino, independente dos campos disciplinares, sofrem influências diretas do processo formativo de professores e demais componentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Ensinar e aprender são atitudes geradoras de reflexão, construção e desconstrução de conceitos.

¹Especialista pelo Curso de Ensino de História da Universidade Futura -MG, francisco.ajunior@professor.educacao.pe.gov.br ;

²Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares da Universidade de Pernambuco – Campus Petrolina-PE, dayanems.upe@gmail.com;

³ Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares da Universidade de Pernambuco – Campus Petrolina-PE, arianatutora2017@gmail.com;

⁴ Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares da Universidade de Pernambuco – Campus Petrolina-PE, big1elida@yahoo.com.br;



A história enquanto disciplina assistiu mudanças teóricas e metodológicas nas últimas décadas, que mesmo sendo profundas, não alteram sua função e impactos na formação dos estudantes da educação básica, como afirmou Marc Bloch, a história é “uma ciência dos homens no tempo” (BLOCH, 2001, p.67), necessita ser problematizada e questionada; ao historiador cabe o ofício de preservar a memória e tornar o presente um espaço de debates e reflexões.

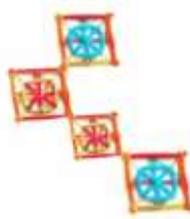
O presente trabalho tem por objetivo fomentar o debate sobre o ensino de história na atualidade, tendo em vista os recentes movimentos sociais e políticos que certamente irão influenciar os discursos futuros, a construção de teses e pesquisas para a formação continuada de professores e envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Diante das múltiplas perspectivas possíveis, optou-se por uma abordagem teórico-metodológica entrelaçada a historiografia brasileira no campo do ensino de história. Sendo assim, utilizou-se artigos científicos de diversas instituições, que versão sobre a temática mencionada anteriormente.

Tendo em vista que “o debate sobre formação de professores para os anos iniciais da escolaridade intensificou-se nas duas últimas décadas” (TANURI, 2000, p. 61) faz-se necessário que as práticas pedagógicas dos docentes, em todas as áreas da educação, necessitem de novas reflexões, pois as mesmas, assim como a história, são constituídas no tempo, por indivíduos que alteram as próprias realidades sociais, e são envolvidos em contextos por vezes cíclicos, retomando normas, costumes e perpetuando a ação cultural.

Compreender a educação e o ensino é compreender a própria história da sociedade, que define o que deve ser ensinado às futuras gerações por meio de currículos e práticas sociais. A presente análise percorre os caminhos da luta e do desejo latente de políticas públicas com eficácia para a educação e preservação do patrimônio histórico e cultural do Brasil.

O ensino da disciplina história é legalmente posto pelos documentos oficiais/ Diretrizes elaborados pelo Ministério da Educação. A questão que deve ser debatida sobre isso perpassa o local da história como formadora de opiniões e auxiliadora na construção de uma consciência cidadã, na quebra de preconceitos e no fomento a historicidade presente na construção de identidades.



Debater sobre o ensino de História é compreender sua contribuição na vida social do indivíduo levando em consideração suas características próprias, sabe-se que o ambiente escolar é um micro sistema da sociedade que envolve uma diversidade bastante complexa de pensamentos, costumes e ideais diversos, porém a escola também deve respeitar e valorizar a singularidade de cada ser humano, pois cada pessoa tem habilidades e capacidades diferentes e são essas diferenças que formam nossa sociedade com os mais diversos valores sociais. (SOUZA E SILVA; SANTOS, 2012, p.3)

Observando o exposto por Santos & Silva (2012) pode-se compreender que desde o momento da escolha do livro didático, até seu efetivo uso, o professor exerce uma ação política, tendo o dever mensurar a complexidade de sua sala de aula, tendo em vista que as identidades sociais são construídas partindo de situações históricas, que alteram o meio social, que consequentemente alteram os indivíduos. Um exemplo interessante é a obrigatoriedade do ensino de “História e Cultura Afro-brasileira”, regido pela lei 10.639/03.

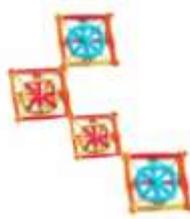
Ao ensinar sobre História e Cultura Afro-brasileira, o professor colabora para a reafirmação de identidades, tendo em vista o processo forçado de miscigenação que forma o Brasil. Errôneo seria manter a riqueza histórica deste povo fora do currículo, negando sua importância, assim como recusando uma dívida social histórica.

O que mais se escuta em relação a este componente são as metodologias, que geralmente se prendem ao decorativo, alguns governos estaduais promoveram cursos de especialização em ensino de história, especificamente depois da lei 10.639/03.

Segundo Soares (1996), quando se tenta analisar o livro didático em perspectiva social e histórica, é necessário compreender sua criação, que se deu na Grécia Antiga, com o objetivo distante do que se propõe hoje ao estabelecer os programas e currículos, sua função era assegurar a aquisição de saberes escolares indispensáveis à inserção de novos integrantes na sociedade, além de abordar temáticas relacionadas aos valores, normas e regras da comunidade.

Embora a necessidade da História enquanto disciplina não seja o foco desde artigo é importante referir que para o docente da educação básica

Uma das frases mais repetidas pelos professores em suas explicações sobre o porquê da disciplina na escola é: “Estuda-se História para compreender o presente e criar os projetos do futuro”. Entretanto, as finalidades do ensino de História não se limitam a essa frase, sendo naturalmente mais complexas. (FERNANDES; AGUIAR; FERNANDES, 2017, p.156)



Se esta justificativa está impregnada na mentalidade docente, justifica-se a ausência do interesse discente pela disciplina, pois planejar o futuro não cabe à história enquanto ciência, o futuro é de responsabilidade social comum, e se o mesmo houver, as produções humanas constantes neste “futuro” serão campo de pesquisa, não só para a história, mas para as ciências humanas de modo geral.

Apropriar-se da história enquanto disciplina escolar responsável por despertar o senso crítico, ciência que provoca reflexão com base em fatos organizados em documentos diversos, em multimeios, pode colaborar no processo de compreensão, politização e teorizações. Segundo Bittencourt (2004) se antes o papel da história era de legitimadora dos discursos do Estado, hoje sua contribuição maior vincula-se a formação de identidade e constituição de cidadania.

METODOLOGIA

Este trabalho foi elaborado utilizando-se da metodologia de pesquisa bibliográfica, apoiada pelo uso de artigos científicos e reflexões historiográficas, tendo em vista seu caráter revisionista. Buscou-se empregar uma linguagem específica com o objetivo de facilitar a propagação desta obra futuramente, e garantido a acessibilidade da leitura. Compreende-se como bibliográfica porque permite o uso de fontes oriundas de trabalhos primários, onde a temática é debatida por diversos autores, com o intuito de contemplar amplas perspectivas. (RODRIGUES, 2006)

As inquietações presentes no decorrer do texto surgiram do processo de reflexão sobre a prática decorativa de ensinar história, que perdura até os dias atuais, mesmo diante as novas tecnologias que podem ser excelentes ferramentas no fomento à melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Ensinar história é mais que exposição de datas e memorandos. É apresentar discursos de personagens que foram agentes de modificação das realidades, estando os mesmos no centro ou na margem da sociedade.

Para a construção do trabalho, foi analisado um livro didático, que terá seu título substituído pelo termo “Livro D”, seguindo questões éticas, que foi escolhido por ser de uso recorrente pelos programas nacionais de propagação do livro didático, e a obra literária: Hibisco Roxo (2011) da autora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, que



pode ser utilizado como instrumento de apoio em aulas de história da África, Lutas sociais, História da mulher negra, entre outros usos paradigmáticos.

No “Livro D” foi analisado a organização dos conteúdos relacionados a temáticas como: história da África, história das mulheres, violência sexual, deixando espaço para a inserção de temas que pudessem surgir no processo. As categorias são um importante instrumento de organização da pesquisa em diversas fontes. Se tratando do livro didático, “o nosso olhar dirige-se a várias situações - uma delas ligada à apreensão e construção do conhecimento em sala de aula, isto é, a relação de aprendizagem existente entre os professores e os alunos” (ZAMBONI, 1998, p.89)

Referente a obra paradigmática, foram analisadas as relações sociais presentes no enredo e como seus enfoques poderiam ser utilizados no fomento ao debate e reflexão sobre os temas buscados no “ Livro D”.

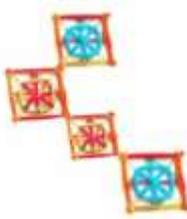
Nos livros paradigmáticos, aparentemente, os seus autores teriam a liberdade e a possibilidade de aproximar o conhecimento histórico da antropologia, da psicologia, da história da cultura, podendo atribuir à história um olhar especial e próximo do cotidiano, sem certezas absolutas, e com uma infinidade de possibilidades, apresentando em suas explicações causas necessárias e nunca suficientes. (ZAMBONI, 1998, p.90)

Ao realizar as análises comparativas dos objetos, foram tecidas as reflexões presentes na seção “resultados e discussão”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para desenvolver uma análise e possíveis usos, correlações e limitações do “Livro D”, assim como da obra Literária apresentada como proposta de paradigmático no Ensino de História e cultura Africana é necessário tecer alguns comentários sobre ambos, tendo em vista que a análise de dados qualitativos, segundo Patton (1980) é um processo criativo e que exige coerência nas correlações.

Hibisco Roxo compreende-se como uma obra literária sobre o cotidiano de uma família nigeriana, narrado pela menina Kambili, que no período fictício apresentado tinha 15 anos, a obra de Chimamanda Ngozi Adichie, autora Nigeriana que nos últimos anos vem conquistando espaço no gosto dos leitores brasileiros, principalmente por sua forma simples e profunda de estabelecer interlocuções profundas.



Inicialmente faz-se necessário relatar que “Hibisco roxo” localiza-se temporalmente em um contexto pós-colonização e parte do mesmo durante um golpe de Estado.

Para Eugene (Pai de Kambili), o catolicismo não é apenas uma ação religiosa, mas uma oportunidade civilizatória, um momento que possibilita ao povo uma libertação de seus fantasmas do passado. Este aspecto demonstra como a colonização da África compreende uma modificação intravenosa de preceitos morais, que não pertenciam culturalmente aos nativos.

Compreender o processo colonizador como forma de civilizar um povo não foi uma exclusividade dos colonizadores da Nigéria. No Brasil o processo colonizador foi cruel e inconsequente da mesma forma. Ações que revelam o lado obscuro do expansionismo causado pelo mercantilismo e posteriormente capitalismo.

Algumas relações com a história podem ser observadas. A realidade do cenário em que a história é narrada denota o comprometimento de Chimamanda em apresentar uma Nigéria que sofreu influências fortíssimas do reino Unido e adotou o inglês como língua e hábitos que distanciam a realidade de um povo de riquezas culturais incontáveis.

O modelo de educação presente na obra é próximo do modelo inglês, onde as disciplinas são seccionadas e existe um estímulo a competição como processo de formação de uma identidade de sucesso. Uma escola que além de ensinar as disciplinas, ensina os comportamentos.

Quais vínculos foram percebidos como possíveis, na utilização da obra em sala de aula? O fato de ser uma obra literária não impede a utilização de “Hibisco Roxo” como fonte de estudo sobre a África, pois o poder que a obra tem de despertar os sentidos e estimular a continuação da leitura pode ser um instrumento propiciador de abertura para o aprofundamento sobre outros temas da cultura e história do continente.

Uma possibilidade nítida é utilizar a obra para debater sobre: violência doméstica; A expansão do cristianismo na África; o processo colonizador e seus resquícios pós-independência, assim como outros diversos temas, que podem fazer valer o estudo da África de forma leve, e prazerosa.



O livro didático é parceiro dos docentes, principalmente do professor em exercício da função. No Brasil existem programas de apoio à produção e divulgação nas redes federais, estaduais e municipais de educação. O Programa Nacional do Livro Didático surge como ferramenta de perpetuação deste bem público.

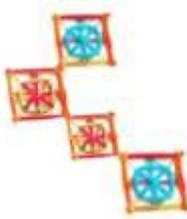
Pode-se levantar uma questão sobre a utilização excessiva do livro didático, a ausência de formação continuada, gerando uma desatualização profissional. Scheimer comenta da seguinte forma

Na sociedade atual, percebemos a necessidade de um profissional atualizado e motivado para realizar uma nova prática educativa no ensino de História, que esteja apto a compreendê-la no seu fazer cotidiano, em que os sujeitos não são apenas agentes passivos diante da estrutura. Ao contrário, trata-se de uma relação em contínua construção, de conflitos e negociações em função de circunstâncias determinadas. Com a gritante revolução dos meios tecnológicos, o professor de história está sentindo a necessidade de mudanças urgentes. Existem causas externas e internas que estimulam a mudança na função do professor. Podemos citar como causas externas: mudanças na sociedade, revolução científica e mudanças na cultura de uma época. Como causas internas, podemos citar o esgotamento de teorias e modelos tradicionais, que levam a buscar novas alternativas, envolvimento dos alunos com os meios de comunicação e a exigência de salas de aulas que venham a contribuir com essa realidade. (SCHEIMER, 2010, p.4)

Profissionais presos ao uso constante do livro didático estão decretando um desgosto pela prática educativa, principalmente em disciplinas que exigem momentos de leitura e compreensão textual. A reflexão sobre a própria prática, desviando o olhar para os colegas profissionais pode gerar alterações nos interesses e revelar um novo professor, mesmo que os anos de profissão já pesem sobre seus ombros.

O livro analisado para este artigo localiza-se no ramo da história geral, recorrente nas propostas destes materiais que pretendem abraçar o máximo de conteúdos e se encaixar na concorrência na qual a editora se submeteu. Contempla, em questões de período histórico, da pré-história a Contemporaneidade, e deve ser utilizado no ensino médio. É justamente neste aspecto que se esconde a armadilha.

Livros didáticos tendem a não ser escrito por especialistas, e sim por uma junta editorial. Alguns termos, e até mesmo metodologia, podem permanecer os mesmos, edição após edição.



Vale ressaltar que a escolha do livro didático é efetivada pelos docentes das redes de ensino, o que reforça a necessidade de atualização constante dos profissionais da educação.

O conhecimento histórico é perspectivista, pois ele também é histórico e o lugar ocupado pelo historiador também se altera ao longo do tempo. Nem sempre se faz a história do mesmo jeito, e ela serviu a diferentes funções no decorrer do tempo. O historiador não pode escamotear o lugar histórico e social de onde fala, e o lugar institucional onde o saber histórico se produz. Por isso, a História como metanarrativa, está em crise. A metanarrativa se faz a partir de um sujeito de discurso que, a pretexto de falar do lugar da ciência, sobrevoaria a História e poderia falar de fora dela, ter uma visão global, de conjunto e não comprometida com os embates do momento. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p.61).

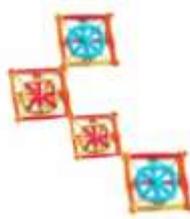
O comentário de Durval Muniz é extremamente relevante na compreensão de que tipo de história está sendo ensinada em sala de aula, e que inquietações estão sendo provocadas nos discentes. A contemporaneidade trouxe consigo um universo de novas problemáticas que exigem ser respeitadas pela história. O Professor de História recebeu um novo dever, intermediar o enquanto do estudante com sua própria identidade, com suas próprias inquietações.

Em relação a análise dos conteúdos presentes no “Livro D” percebeu-se que a própria organização do mesmo corrobora para que não haja espaço para “murais” ou mesmo caixas de diálogo contendo reflexões sobre as temáticas: história da África, história das mulheres, violência sexual, até mesmo para temas que não enfrentam resistência social ávida como “patriotismo”, ou identidade nacional.

Correlacionando a obra “Hibisco roxo”(2011) ao “Livro D” compreende-se a importância da consolidação do processo de formação do professor, pois uma formação superficial em História da África, ou mesmo desinteresse pela temática impossibilita o conhecimento de obras que fomentam discussões ricas.

É mais que necessário estimular a utilização de livros paradidáticos em sala de aula. Thomson (2016), reflete que os paradidáticos, principalmente no campo da história e cultura afro-brasileira ganhara destaque como tendência no campo literário. Porém este movimento de aquisição e utilização dos mesmos precisa chegar até as redes de educação, compreendendo municípios e estados, assim como a rede privada.

Cardoso (2019) reflete que o livro didático como objeto de pesquisa revela as fragilidades do processo de produção, organização, e estimula críticas ao sistema



educacional que, por vezes, desvincula-o das regionalidades, e dos documentos oficiais que regulamentam o ensino no Brasil.

O que se pode esperar de um jovem que tem contato com fontes de reflexão diferentes das tradicionais? Críticidade, protagonismo, força política, elementos ativos na luta por modificações efetivas das realidades sociais. Submeter os jovens aos discursos eurocêntricos perpetuados nos livros didáticos de história, produzidos mercadologicamente, em sua maioria, configura-se numa tentativa de enquadramento, e perpetuação de uma cultura onde a ausência da dúvida é aceitável.

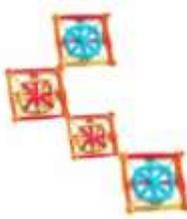
O fomento ao protagonismo juvenil tem sido estudando e divulgado massivamente em congressos de educação no país e fora dele. Um exemplo deste debate foi publicado recentemente nos anais do Congresso Nacional de Educação, um artigo sobre Protagonismo juvenil e educação integral no intuito de ampliar a visão do educando como autor de seu processo de aprendizagem.

Vejamos que Anjos & Monte (2018) abordaram em seu trabalho o processo de formação integral e interdimensional dos jovens, em uma proposta de educação para além das propostas do livro didático, onde o aluno é autor e ator de sua trajetória, isso no âmbito das escolas de educação integral de Petrolina, cidade localizada no sertão do médio São Francisco em Pernambuco.

Espera-se que a compressão de que a escola é o lugar de profundas alterações sociais, e constante luta por direitos, seja reconhecido pela comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação compreende profundos processos de autoconhecimento, de cuidado consigo e com o outro. Por esse motivo é difícil definir padrões, metodologias de como ensinar, e no tocante a história enquanto disciplina escolar, a tarefa torna-se mais árdua. Envolvem-se questões histórico-sociais, padrões governamentais e um currículo oficial extremamente abarrotado de conteúdo.



Neste estudo pretendeu-se debater algumas alternativas reais de como ensinar história por meio de obras da literatura, e uma breve, porém possível, análise sobre o livro didático.

O professor deve manter-se em constante atualização, buscar sempre atender a demandas sociais, que surgem como avalanches, e precisam ser ajustadas no dia-a-dia desta classe trabalhadora.

As leituras executadas para elaboração deste artigo proporcionaram entendimento mais aprofundado sobre questões específicas a respeito do processo de ensino aprendizagem; ensino de história; educação integral e protagonismo juvenil; prática educativa entre outros termos que aqui foram utilizados.

Será que a pergunta feita pelo interlocutor do início da obra *Apologia da História*, de Marc Bloch, pode ser respondida? Para que serve a História? Ela está a serviço do tempo? Da intelectualidade? Dos atores sociais? E por que ensiná-la na educação básica?

A história está a serviço da contemporaneidade. Ela dá sentido aos comportamentos humanos. Ela fomenta as ideias reais e surreais. Destroça, na mente dos que permitem, qualquer dúvida sobre mundo que recebemos de nossos pais.

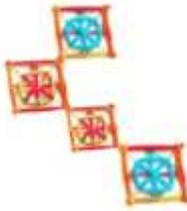
Deve-se ensinar esta disciplina, para que as ações do ser humano em seu tempo histórico sejam responsáveis, conscientes. Consolidando uma sociedade mais justa e humana.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Hibisco Roxo**; trad.: Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado, Bauru, SP: Edusc, 2007.

ANJOS, Dayane Priscilla Bernardes; MONTE, Franciela Félix de Carvalho. **Protagonismo Juvenil e Educação Integral**: o educando como ator e autor do seu processo de aprendizagem. In: Anais do V CONEDU. Recife: Realize, 2018.



ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia Geral e Brasil**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Cardoso, Maria Abadia. **Ensino de história e livros didáticos: desafios do tempo presente**. In: 30º Simpósio Nacional de História, 30, 2019, Recife. Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil.

FERNANDES, A. N. O.; AGUIAR, Ana Lúcia Oliveira; FERNANDES, S. B. O ensino de história e o lugar do livro didático na transposição didática do saber escola. **HOLOS**, v. 3, p. 150-163, 2017.

PATTON, M.Q. **Qualitative evaluation**. Beverly Hills, CA.: SAGE, 1980.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica**. São Paulo: Avercamp, 2006.

SCHEIMER, Maria Delfina Teixeira. **Ensino de história e a prática educativa: projetos interdisciplinares**. V CINFE. Caixas do Sul, 2010.

SOUSA E SILVA, Andréia de; SANTOS, Sueli Lima. **A contribuição do ensino de história na aprendizagem e na formação social do aluno**. Campina Grande: Realiza, 2012.

SOARES. M. B. (1996). Um olhar sobre o livro didático. In: **Revista presença pedagógica**. V.2 n. 12. Nov/dez.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, MAI/JUN/JUL/AGO, n.14, 2000, p.61-88.

THOMSON, Ana Beatriz Accorsi. Os paradidáticos no ensino de História: uma reflexão sobre a literatura infantil/juvenil na atualidade. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, num.4, vol.3, jan/jun. 2016.

ZAMBONI, Ernesta. Representações e linguagens no ensino de História. **Revista Brasileira de História**. v. 18, n. 36, São Paulo, 1998.